

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.938 - DF (2020/0254681-8)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
AGRAVADO : HUGO LIMA ALENCAR
ADVOGADO : UBIRAMAR PEIXOTO DE OLIVEIRA - DF007962

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alíneas "a" e "c", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, assim resumido:

ADMINISTRATIVO MANDADO DE SEGURANÇA
SERVIDOR PÚBLICO LICENÇA PARTICIPAÇÃO EM
CURSO DE FORMAÇÃO OPÇÃO PELA REMUNERAÇÃO
DO CARGO ART 14 § 1º LEI 962498 PRECEDENTES DO
TRF 1A REGIÃO.

Quanto à primeira controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 1.022, II, do CPC, no que concerne à nulidade do acórdão recorrido por negativa de prestação jurisdicional, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Não obstante as omissões apontadas, considerou o órgão julgador, na espécie, que a entidade pública estaria rediscutindo questões já decididas no acórdão, de modo que se busca, a toda evidência, empecer a interposição do competente recurso especial, com ultrajante recusa de prestação jurisdicional (fls. 140).

Quanto à segunda controvérsia, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 20, § 4º, da Lei n. 8.112/90 e do art. 14 da Lei n. 9.624/98, no que concerne à vedação de licença a servidor público federal, com opção pela remuneração do respectivo cargo, para participar de curso de formação em cargo Municipal, Estadual ou Distrital, diante da ausência de previsão legal, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

Note-se a clara dicção do dispositivo legal: "afastamento para participar de curso de formação decorrente de aprovação em concurso para outro cargo na Administração Pública Federal". Ora, é lógico que o legislador restringiu o afastamento para

participar de curso de formação à hipótese de outro cargo na Administração Pública Federal por uma razão. Afinal, a lei não contém palavras inúteis. Não se trata, pois, de arbitrariedade ou tratamento antisonômico (fl. 143).

Quando se trata de curso de formação, o Estatuto dos Servidores Públicos Federais apenas admite o afastamento do servidor na hipótese em que tal curso se refira a etapa de concurso prestado para outro cargo na Administração Pública Federal porque, nessas condições, embora a entidade da qual o servidor se afasta sofra um prejuízo direto, a Administração Pública Federal, universalmente considerada, não amarga prejuízo, eis que aquele servidor que está afastado será "realocado" em outra entidade que também compõe a esfera da Administração Pública Federal, o que não se verifica, por exemplo, na hipótese de afastamento para participação em curso de formação decorrente de aprovação em concurso para cargo em outro ente da federação (fls. 143/144).

Quanto à terceira controvérsia, pela alínea "c" do permissivo constitucional, aponta dissídio jurisprudencial sobre o afastamento de servidor público federal para participação em curso de formação para provimento em cargo Municipal, Estadual ou Distrital.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Quanto à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF ("É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia"), uma vez que a parte recorrente alega, genericamente, a existência de violação do art. 1.022 do CPC de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem, contudo, demonstrar especificamente quais os vícios do aresto vergastado e/ou a sua relevância para a solução da controvérsia.

Nesse sentido, este Superior Tribunal de Justiça já decidiu que "é deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegada ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022 do CPC/2015 se faz sem a demonstração objetiva dos pontos omitidos pelo acórdão recorrido, individualizando o erro, a obscuridade, a contradição ou a omissão supostamente ocorridos, bem como sua relevância para a solução da controvérsia apresentada nos autos. Incidência da Súmula 284/STF" (REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.466.877/SP, relatora Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 12/5/2020; AgInt no REsp n. 1.829.871/MG, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 20/2/2020; REsp n. 1.838.279/SP, relator

Superior Tribunal de Justiça

Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 28/10/2019; e REsp n. 1.653.926/PR, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 26/9/2018.

Quanto à segunda e terceira controvérsias, na espécie, é incabível o recurso especial pois interposto contra acórdão com fundamento eminentemente constitucional.

Nesse sentido: “Possuindo o julgado fundamento exclusivamente constitucional, descabida se revela a revisão do acórdão pela via do recurso especial, sob pena de usurpação de competência”. (AgRg no AREsp 1.532.282/MG, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Sexta Turma, DJe de 19/6/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.302.307/TO, relatora Ministra Eliana Calmon, Primeira Seção, DJe de 13/5/2013; REsp 1.110.552/CE, relator Ministro Cesar Asfor Rocha, Primeira Seção, DJe de 15/2/2012; AgInt no REsp 1.830.547/DF, relator Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, DJe de 3/8/2020; AgInt no AREsp 1.488.516/SP, relator Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Primeira Turma, DJe de 1º/7/2020; AgInt no AgInt no AREsp 1.484.304/SP, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 25/6/2020; AgInt no AREsp 1.519.322/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 30/10/2019; AgInt no AREsp 1.358.090/SE, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 3/6/2019.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente